

O Fundo Amazônia em Apoio à Ação Local pela Redução do Desmatamento no Pará: O Projeto AMAZON para Municípios Verdes

Laura Silvia Valente de Macedo*

Resumo

Este ensaio relata a experiência do projeto em andamento (2010-2013), proposto ao Fundo Amazônia pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, intitulado “**Criando Bases para Gestão Socioambiental de Municípios Críticos do Desmatamento no Pará**” e examina a sua relação com o Programa Municípios Verdes, do governo do Estado do Pará, estabelecido em 2012.

O objetivo é demonstrar que, a fim de atender as finalidades do Fundo Amazônia, de ampliar o alcance (*scale up*) e garantir a replicabilidade das boas práticas, como no caso do projeto IMAZON, iniciativas de combate ao desmatamento na região devem priorizar a adesão dos atores relevantes, delegar poderes e qualificar os agentes públicos e a sociedade civil. O fortalecimento de lideranças locais, sobretudo de governos municipais, é fundamental para se atingir os objetivos do Fundo Amazônia.

A pesquisa contribuirá ainda para uma avaliação da eficácia do Fundo Amazônia, como mecanismo financeiro em apoio às ações de combate ao desmatamento e degradação da floresta na Amazônia e à redução de emissões de carbono resultantes desses processos.

Abstract

This paper reports on the current status of IMAZON’s project “Establishing the Foundations for Socio-environmental Management of the Municipalities Critical to Deforestation in Pará”, submitted in 2009 to the Amazonia Fund. The study also assesses the nexus between the project and the Green Municipalities Program (PMV) launched by the State Government of Pará, in 2012.

It aims to demonstrate that in order to fulfill the Amazonia Fund’s goals of scaling up and securing replication of good practices, initiatives to reduce deforestation in the region, such as those undertaken by IMAZON’s project, must prioritize involving stakeholders, as well as empowering and qualifying public officers and civil society. Strengthening local leadership, in particular municipal governments, is also key to achieving these goals.

Furthermore, this research will contribute to assessing the Amazonia Fund’s effectiveness as a financial mechanism, in addressing deforestation and land degradation in the Amazonian forest, as well as promoting reductions of the carbon emissions thereof.

* Doutoranda PROCAM-USP

1. Introdução

Este estudo relata a experiência do projeto em andamento (2010-2013), proposto ao Fundo Amazônia pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, chamado “**Criando Bases para Gestão Socioambiental de Municípios Críticos do Desmatamento no Pará**”¹. O projeto foi desenvolvido ao longo de 2007-2009, no contexto das ações para combater o desmatamento e a degradação florestal em áreas críticas da região Amazônica, a partir da resposta do governo federal que culminou com o decreto presidencial no. 6.321 de 21 de dezembro de 2007², identificando os municípios onde a situação estava mais grave e propondo medidas objetivas de controle. O decreto determinou ainda a publicação por Portaria anual do MMA dos índices de desmatamento dos municípios na Amazônia.

O projeto do IMAZON abrange uma área de 66 mil km² no Pará, que inclui onze municípios³ estratégicos para ações de redução de desmatamento e degradação florestal. A iniciativa envolve diversos atores relevantes, além dos municípios parceiros, como o governo do Estado, alguns sindicatos da região, o Ministério Público, a Fundação Vale e o MMA. Seu objetivo é reduzir os índices de desmatamento na região Sudeste do Pará, nos municípios identificados pelo IBAMA como críticos, e, ampliar o número de propriedades rurais inscritas no Cadastro Ambiental Rural – CAR, além de explorar o potencial de aplicação de mecanismos de incentivo financeiro nesse sentido.

2. Linha do Tempo

¹ O projeto foi apresentado em julho de 2008 e em dezembro de 2009 foi aprovado, tendo início efetivo com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros em 28 de janeiro de 2011.

² Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

³ Inicialmente, os municípios parceiros eram: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis. Desses, seis estavam na lista prioritária do IBAMA em 2009 quando a proposta do IMAZON foi submetida ao FA – Dom Eliseu, Itupiranga, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis. Em 2013, o município de Breu Branco abandonou o projeto e foi substituído por Moju, que fora incluído na “lista negra” do MMA em 2012.

MARCO	ANO	AÇÃO
Antecedentes	2003	<ul style="list-style-type: none"> • Criado o Programa de Prevenção ao desmatamento da Amazônia - PPCDAM
	2004	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção do sistema de monitoramento DETER do Inpe
	2006	<ul style="list-style-type: none"> • Lei sobre Gestão de Florestas Públicas • IMAZON desenvolve o Sistema de Alerta de Desmatamento
	2007	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Presidencial 6.321
	2008	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria IMAZON e Paragominas (diversas instituições) • Operação Arco de Fogo • Criação da Fundação Amazônia Sustentável – FAZ • CAR - Estado do Pará - Decreto Estadual nº. 1.148/2008 • Lançado 1ª edição do estudo Conexões Sustentáveis • IMAZON assina convênio com Ministério Público (Federal e Estaduais) para monitoramento do desmatamento • Criação do Fundo Amazônia
marco 1	2009	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros projetos submetidos, inclusive o do IMAZON
marco 2		<ul style="list-style-type: none"> • Lei da Política Nacional de Mudança do Clima • Decreto Operação Arco Verde • COP15 Copenhague • Aprovação do projeto do IMAZON junto ao Fundo Amazônia
marco 3 marco 4	2010	<ul style="list-style-type: none"> • Pacto pela redução do desmatamento com 11 municípios • Assinatura do contrato IMAZON e BNDES • Paragominas sai da lista negra do Ibama
marco 5	2011	<ul style="list-style-type: none"> • Liberação da 1ª parcela para o IMAZON
marco 6	2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dom Elizeu e Ulianópolis saem da lista negra do Ibama • Breu Branco é substituído por Moju
marco 7	2013	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Blog do IMAZON sobre o projeto

Os marcos do projeto do IMAZON iniciam-se formalmente a partir da submissão da proposta ao Fundo Amazônia, em julho de 2009.

As ações de monitoramento pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do IMAZON, a publicação dos boletins mensais para os municípios e o acompanhamento de negociações para cadastramento dos produtores rurais junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) são objeto do projeto e se desenvolvem de forma contínua, abrangendo toda sua duração.

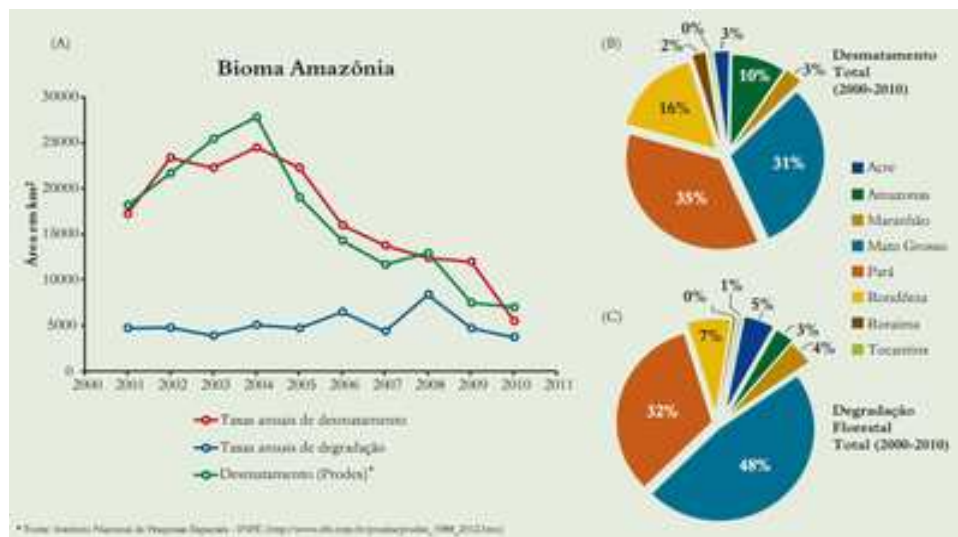
3. Concepção e estruturação

Em 2004 o desmatamento atingiu pico recorde na Amazônia e o governo foi compelido a agir para conter a devastação da floresta (IMAZON, 2009). O compromisso do Brasil em promover a redução de suas emissões de gases de efeito

estufa (GEE) oriundas do desmatamento, assumido durante a 15ª Conferência das Partes à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15/UNFCCC), em 2009, consolidou a atuação do governo para coibir a ação dos desmatadores na Amazônia, incluindo as operações “Arco de Fogo” e “Arco Verde”, e o “Pacto Nacional Pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira” (GREENPEACE, 2007; ISA, 2008).

Em 2009, o Estado do Pará apresentava o maior índice de desmatamento do país – aproximadamente 245 mil km², correspondentes a 20% de seu território - conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A corrupção tem alimentado o ciclo de violência e as tentativas de regularizar a atividade madeireira no Pará encontram ainda muitos obstáculos (ADEODATO et al, 2011).

Figura 1. Taxa de desmatamento e degradação florestal anual (A) e contribuições percentuais dos Estados do Bioma Amazônia para esses processos (B e C, respectivamente).



Fonte: INPE, apud IMAZON, 2012.⁴

O **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON** é um instituto de pesquisa aplicada fundado em 1990, com sede em Belém do Pará. Trata-se de uma das instituições mais reconhecidas por sua atuação em defesa do patrimônio natural e da qualidade de vida das comunidades na região. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à

⁴ (Disponível em <http://www.imazon.org.br/publicacoes/outros/desmatamento-e-degradacao-florestal-no-bioma-amazonia-2000-2010>)

formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. Para tanto, desenvolve pesquisas e ferramentas de apoio à regularização fundiária, monitoramento e controle de desmatamento, licenciamento ambiental e manejo florestal, entre outros. O IMAZON também atua fortemente na disseminação da ciência sobre a Amazônia, publicando extensivamente e formando pesquisadores especializados, além de prover a capacitação de público para o uso de ferramentas de controle (IMAZON, 2013; BNDES, 2013).

Em 2008, o IMAZON, em parceria com a TNC, desenvolvia um projeto em Paragominas, apoiado pelo Fundo Vale (BRITO, PINTO E ZAGALO, 2013). A cidade estava na mira do Ministério Público Federal e era o maior responsável pelo desmatamento da região, conforme identificado pelo Ministério do Meio Ambiente que publicou, por meio de decreto presidencial, uma lista dos municípios críticos (BRASIL, 2008). O IMAZON articulou as parcerias, forneceu as ferramentas de monitoramento e a capacitação dos agentes locais que permitiram à cidade reduzir seus índices de desmatamento e aumentar o número de propriedades no Cadastro Ambiental Rural – CAR. Essas ações levaram Paragominas a se tornar o primeiro município a sair da “lista negra” do MMA em 2010. Pode-se atribuir o sucesso da experiência de Paragominas à participação das partes interessadas coordenada pelo IMAZON – o poder executivo liderado pelo prefeito Adnan Demacki, a Câmara de Vereadores, os sindicatos de produtores rurais locais, o Ministério Público – Federal e Estadual, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, entre outros (ZAGALO, 2013).

O sucesso de Paragominas como “Município Verde” rapidamente ganhou a mídia e despertou a atenção de municípios próximos, o que motivou o IMAZON a desenvolver uma proposta com abordagem territorial, inicialmente envolvendo cinco municípios, a ser submetida ao recém-estabelecido Fundo Amazônia. Ao apresentarem a proposta em 2009, negociaram a ampliação do escopo do projeto para abranger dez municípios, além de Paragominas (BRITO e PINTO, 2013). A estratégia foi incluir municípios que ainda não estavam na lista do MMA de modo a evitar o “vazamento” dos processos de desmatamento (ver Figura 1. e Tabela 1.). O projeto “Criando Bases para a Gestão Socioambiental de Municípios Críticos do Desmatamento no Pará”, um dos primeiros a serem apresentados ao BNDES, foi iniciado em janeiro de 2011, após um período de tramitação para atender questões operacionais do Fundo Amazônia (BNDES, 2010; Brito, 2013).

Figura 1 – Municípios Parceiros



Fonte: IMAZON, 2009 adaptado pela autora para incluir Moju a partir de 2012

Tabela 1. Municípios parceiros do Projeto AMAZON

Nome	Área, km2	População urbana	População rural	% População urbanizada	Desmatamento (até 2008 em km2)	% Desmatado no Município em 2008	Incluído na lista de municípios críticos do MMA	Incluído no Programa Arco Verde Terra Legal	Excluído da lista de municípios críticos
Abel Figueiredo	614,3	6.034	746	89	562,0	92			
Bom Jesus do Tocantins	1.816,4	8.158	7.140	53	1.725,0	61			
Breu Branco	3,943,2	29.308	23.185	56	2.650,0	67		x	
Dom Eliseu	5.267,5	32.516	18.803	63	3.303,0	63	2008	x	2012
Goianésia do Pará	7.021,2	21.082	9.354	69	3.636,0	52		x	
Itupiranga	7.880,0	20.490	30.730	40	4.377,0	56	2009	x	
Jacundá	2.008,4	45.863	5.677	89	1.451,0	72		x	
Paragominas	19.331,0	7.615	21.308	26	8.742,0	45	2008	x	2010
Rondon do Pará	8.246,6	34.696	12.268	74	5.322,0	65	2008	x	
Tailândia	4.430,2	68.713	20.584	77	2.090,0	47	2009	x	
Ulianópolis	5.081,1	28.525	14.816	66	3.363,0	66	2008	x	2012
Área Total	66.639,9				37.220,0				
Mojú	9.069,9	25.162	44.856	36	704,0*	40	2012	x	
Área total atualizada	71.766,6				35.274,0				

Obs: Breu Branco desligou-se do projeto em 2012 e foi substituído por Moju.

*Em 2012, Moju atingiu 929,6km2 de área desmatada, correspondente a 49,1% do território.

Fonte: Adaptação da autora a partir de dados do AMAZON (2008 e 2013)

4. Execução

As atividades e ações do projeto são fortemente baseadas nas parcerias estabelecidas entre o AMAZON e diversas partes interessadas na região, incluindo: Ministério Público (Federal e Estadual); governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA); secretarias municipais e câmaras de vereadores dos municípios participantes; sindicatos de produtores rurais e trabalhadores na região de abrangência do projeto.

A seguir, descreve-se o andamento do projeto, incluindo depoimentos obtidos

junto a representantes do IMAZON, do PMV e de Paragominas. Os questionários completos com as entrevistas estão incluídos em anexo.

Segundo os proponentes, uma das parcerias-chave para o projeto é com o Ministério Público (BRITO e PINTO, 2013) citando a participação de Daniel Azevedo, Procurador da República no Pará. O IMAZON tem interação constante com o MP em temas estratégicos e os técnicos do IMAZON fornecem as informações utilizadas em operações de inteligência do MPF e do Ibama. O MPF tem atuado fortemente no combate à corrupção e regularização das terras no Pará. Os dados do IMAZON têm possibilitado uma ação consistente do órgão que, em 2012, entrou com ação judicial contra o INCRA pelas altas taxas de desmatamento devido aos assentamentos irregulares no sudeste do Pará.

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA) também tem se beneficiado das informações produzidas pelo IMAZON e assinou termo de compromisso para ampliar as ações deste projeto para outros municípios. A partir do sucesso de Paragominas, que teve participação estratégica do IMAZON, a SEMA estabeleceu o Programa Município Verde (BRITO e DINIZ, 2013). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o IBAMA não participam diretamente, mas são informados sobre resultados do monitoramento e utilizam os relatórios produzidos pelo IMAZON no âmbito do projeto.

Devido à natureza técnica da atuação do IMAZON para aplicar a metodologia de monitoramento e produzir os relatórios de desmatamento, não há contato direto com a população em geral, mas o projeto assinou pactos que foram amplamente divulgados. O processo de engajamento dos cidadãos se dá por meio de negociações com *stakeholders*, como sindicatos rurais, e as prefeituras e câmaras, que necessitam da adesão pública para garantir apoio político às ações - nem sempre populares - para conter o desmatamento na região. O lançamento do projeto em cada município, assim como a assinatura dos pactos, foi feito em evento público⁵.

Em 12/04/2013, o IMAZON lançou um site contendo informações atualizadas sobre o projeto. O site <http://municipiosocioambientais.com/> inclui ainda informações sobre o Fundo Amazônia, notícias e documentos relacionados ao projeto.

A notícia mais recente publicada nesse site refere-se ao seminário em Tailândia, com a Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Pará, no qual foram divulgados os resultados da cidade no combate ao desmatamento. Segundo pesquisador do IMAZON, Tailândia já tem 74% de sua área cadastrável inserida no

⁵ Todos os 11 municípios parceiros do projeto assinaram os pactos. Ao todo, 3.658 pessoas participaram dos eventos de assinatura e 277 entidades aderiram aos pactos (IMAZON, 2013)

CAR e, considera-se que o desmatamento no município esteja agora sob controle.

O IMAZON já produziu e entregou as bases cartográficas digitais na escala 1:50.000 (a partir de imagens de satélite RapidEye) dos municípios: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Itupiranga, Jacundá e Paragominas. Esse produto apoia o cadastramento de propriedades rurais e a identificação de danos ambientais na cobertura florestal de propriedades.

O IMAZON realiza dois tipos de capacitação técnica de pessoal local: O primeiro enfoca o monitoramento estratégico para combate e prevenção ao desmatamento e degradação florestal, incluindo geoprocessamento, sensoriamento remoto e monitoramento e gestão ambiental. O objetivo é treinar 44 pessoas em 120 horas de curso. O segundo enfoca o mapeamento de imóveis de pequenos produtores rurais, com ênfase no cadastro rural e ambiental das propriedades. O objetivo é capacitar 22 agentes ambientais (dois por município) para o mapeamento e monitoramento ambiental de propriedades.

Entre 2011 e 2012, o Centro de Geotecnologia do IMAZON (CGI) treinou 58 técnicos de prefeituras e representantes de sindicatos de produtores rurais em geoprocessamento e sensoriamento remoto. Os cursos combinam atividades de laboratório, com uso do Software livre Quantum GIS, e em campo para apoiar ações voltadas ao monitoramento da cobertura florestal e regularização ambiental dos imóveis nos municípios.

O IMAZON está testando em dois municípios uma metodologia para mapeamento das propriedades rurais que combina o uso de imagens de satélite de alta resolução, mapas oficiais e informações dos produtores rurais. Este método permite agilizar o processo, que antes era feito apenas com o uso de GPS e apresentava desafios operacionais.

Para engajar os atores locais e garantir o compromisso com a redução do desmatamento e degradação florestal na Amazônia, o IMAZON replicou a experiência de sucesso de Paragominas. A estratégia amplia o controle social sobre as metas pactuadas, que faz o acompanhamento por meio de eventos públicos em todos os municípios parceiros, além das publicações de boletins e informes online.

A avaliação e o monitoramento da regularização fundiária são atividades previstas no projeto, incluindo:

- a) Avaliação de indicadores de eficácia da regularização de posses nos municípios do projeto;
- b) Avaliação dos impactos socioambientais e econômicos do processo de regularização fundiária;

- c) Avaliação e disseminação das lições aprendidas com o processo de regularização, considerando avanços, barreiras e impactos.

O IMAZON também colabora no acompanhamento do cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados entre o Ministério Público Federal no Pará e instituições do setor de pecuária para a regularização ambiental da produção de carne no Estado.

Outra ação prevista na proposta original ao Fundo Amazônia prevê atividades para recuperação da área degradada da bacia do Uraim, em Paragominas, com o uso do monitoramento por satélite. As informações obtidas serão utilizadas na elaboração de planos de recuperação da bacia do Uraim. O projeto prevê atividades para avaliação do potencial para negócios com sequestro de carbono, incluindo:

- Estimar a oferta potencial de créditos de carbono florestal em Paragominas
- Avaliar os custos para criação, implantação e monitoramento de projetos de sequestro de carbono através da recuperação de áreas degradadas.

O projeto capacitou técnicos das prefeituras e de entidades locais no uso das ferramentas de monitoramento, em apoio à redução do desmatamento. Também realizou atividades de comunicação e treinamento em todos os onze municípios parceiros. Com isso, dos seis municípios parceiros que estavam incluídos na lista do Ministério do Meio Ambiente de áreas prioritárias para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, dois já conseguiram sair e, no final do primeiro semestre de 2013, Tailândia estava prestes a atingir a meta. Portanto, pode-se avaliar que ao executar 70% do orçamento, o projeto conseguiu atingir quase 50% desta meta.

O projeto se propôs a efetivar pactos ambientais para redução do desmatamento com todos os municípios parceiros e já atingiu 100% desta meta.

O IMAZON tem publicado mensalmente os resultados do monitoramento por satélite das áreas degradadas. Para sair da lista do MMA de municípios em situação crítica, estes devem comprovar a redução do desmatamento e a ampliação de participação no CAR. Os boletins demonstram que houve progresso nesse sentido e até meados de 2013, três dos seis municípios conseguiram sair da lista. O IMAZON também publicou o resultado da avaliação de implementação entre 06/2010 e 05/2011 do programa Terra Legal, visando à regularização fundiária de pequenas propriedades, em cumprimento à Lei 11.952/2009. Além disso, realizou um estudo sobre a ação do judiciário no Pará no combate à grilagem. Outra publicação relacionada ao tema de regularização ambiental está disponível no site do IMAZON “Análise de termos de ajustamento de conduta para a recomposição de passivo ambiental de imóveis rurais no Pará”.

Portanto, pode-se considerar que o projeto contribuiu para a melhora na transparência da regularização ambiental e fundiária.

De acordo com informações dos proponentes (BRITO e PINTO, 2013), o Pará fechou o ano de 2012 com o menor índice de desmatamento e tem havido redução continuada e expressiva nas últimas semanas.

No relatório submetido ao BNDES em dezembro de 2012, constataram ter atingido 78% das metas cumpridas (produtos). As atividades na Bacia Uraim tiveram seu escopo ampliado.

Dentre os desafios, o IMAZON destaca a resistência dos produtores rurais para aderir ao CAR, pois percebem que ficam identificados para monitoramento e fiscalização de desmatamento. Houve inclusive aumento de desmatamento em alguns municípios. Andréia Pinto comenta que o IMAZON atua no Estado todo e este projeto alcança somente o Oeste do PA, mas há aumento no Sul. Segundo a pesquisadora, “a dinâmica de desmatamento no Sul é própria, é especulativa e não há gestão do Estado nessa área. O Oeste já passou por isso. Há muitos crimes lá agora, como houve no Oeste e já foi superado.” Esse desmatamento está ocorrendo na fronteira com o Mato Grosso, ao longo da BR 163, em cidades como Altamira e S. Félix do Xingu.

O engajamento do município é decisivo para o sucesso do projeto, como demonstrado pelo município de Paragominas. Entretanto, não tem sido uniforme no conjunto de participantes do projeto. Andréia Pinto avalia que “em alguns, as lideranças na prefeitura não compreendem o alcance, o secretário se engaja, mas o prefeito não. A compreensão técnica e a política variam nos diferentes municípios: o nível é bom em 50% dos casos. Dificilmente vai haver adesão completa. Em quatro municípios houve mudança de liderança. Na cidade de Moju, onde houve mudança de liderança e de prioridade, há exigência na seleção de treinamento técnico para fiscais, que são concursados e nomeados para a função de fiscal”. O IMAZON considera que o município tem boas perspectivas de sair da lista em breve.

Os funcionários treinados fazem o monitoramento in loco e contribuem com os relatórios do IMAZON. Agora fazem o *feedback* para o PMV. A parceria com Paragominas desenvolveu protocolos para treinar equipes de monitoramento em campo (BRITO, 2013).

Segundo a coordenadora geral do projeto, Brenda Brito “a avaliação do potencial de negócios no Rio Uraim ainda não tem resultado. Avançou para a criação da agência socioambiental com produtores associados cujas reservas legais são mapeadas e quem tiver excedente pode negociar compensação de reserva legal”.

5. Parâmetros de avaliação

O principal mecanismo de monitoramento do projeto pelo BNDES é uma matriz lógica (Logical Framework Analysis) baseada na proposta submetida e aprovada. Os itens de monitoramento do projeto incluem os seguintes itens:

- Realização de inventário de linha de base das emissões de CO₂ oriundas do desmatamento;
- Monitoramento por meio do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD);
- Publicação de boletins mensais e anuais com os dados do desmatamento de cada município;
- Relatórios anuais de desmatamento e degradação florestal com os dados gerados por sistema de alta resolução;
- Utilização dessas informações por parte dos gestores públicos, atores sociais e privados para orientar ações de combate ao desmatamento e degradação florestal;
- Repercussão das ações na mídia;
- Levantamento anual do número de propriedades inseridas no CAR, para avaliar a eficácia de sensibilização dos produtores locais e capacitação dos agentes públicos e o progresso da adesão de imóveis rurais ao sistema;
- Levantamento do número de TACs assinados e monitorados pelo projeto, com relatórios publicados;
- Publicação de relatórios anuais sobre avaliação das ações de regularização fundiária e impactos socioeconômicos e ambientais nos municípios do projeto;
- Número de pessoas capacitadas para utilização/aplicação de ferramentas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e uso do GPS.
- Inserções originais e reproduções na mídia citando o IMAZON em ações vinculadas ao projeto;
- Número e relevância de eventos e público participante.

6. Análise da relação entre o IMAZON e o BNDES

Na avaliação dos executores do projeto, incluindo os parceiros (Paragominas e SEMA), a relação com o BNDES tem sido positiva. Até janeiro de 2013, a gerência técnica era de Rubem Studard. A partir de fevereiro, assumiu Fabio Maciel. Atuam mais como auditores e interagem com a equipe para saber do contexto em geral (PINTO, 2013). O acompanhamento é feito por meio de relatórios, sendo que não há um modelo de narrativa, só financeiro. Inicialmente esses relatórios eram

semestrais, mas a partir de 2012 fazem a avaliação somente uma vez por ano. O relatório de atividades consiste de uma descrição por ação, conforme a proposta original e uma prestação de contas (BRITO, 2013). Dois técnicos do BNDES responsáveis pelo Fundo Amazônia fazem uma visita para checar os documentos financeiros e discutir aspectos técnicos. Até o momento fizeram três visitas e o IMAZON apresentou quatro relatórios.

O sistema funciona bem para o IMAZON e estão satisfeitos com a forma como o monitoramento está sendo gerenciado. As dificuldades com o BNDES no início do processo se deram mais em função da falta de experiência de parte a parte para trabalhar conjuntamente. Pode-se atribuir esse relacionamento positivo ao fato de o IMAZON ser uma organização bem estruturada e com larga experiência no gerenciamento de projetos complexos, além de atender exigências legais e operacionais do BNDES.

7. Recomendações

É preciso adequar os mecanismos de qualificação e de monitoramento dos projetos à precariedade da região – institucional, de acesso e de infraestrutura.

A avaliação do relacionamento entre o BNDES, na gestão do FA, e o IMAZON, enquanto beneficiário, indica haver um desempenho satisfatório. Considerando que o IMAZON é uma organização institucionalmente forte e bem estruturada, as dificuldades encontradas por outros candidatos ao FA foram facilmente superadas. Entretanto, em um ambiente institucional no qual a maioria das ONGs, que de fato necessitam de recursos, têm dificuldades imensas em atender às exigências do BNDES para se qualificar aos recursos do FA. A eficácia da proposta original do FA fica prejudicada, assim como a região de modo geral. Poder-se-ia estabelecer bases e/ou escritórios locais do Fundo para orientar as organizações locais, por meio de atendimento direto, cursos de capacitação e apoio à institucionalização dos movimentos, de modo a ampliar o seu alcance e impactos positivos na região. Isto pode ser feito por meio de convênios com bancos públicos em cidades estratégicas, para se evitar a abertura de "filiais" difíceis de administrar. Cursos à distância em parceria com as prefeituras e/ou bancos (BB, Caixa, bancos públicos dos estados) também podem, em parte, suprir esse atendimento.

Outro componente importante de aperfeiçoamento seria a promoção de aprendizado entre os participantes de projetos afins. Considerando os objetivos comuns e as sinergias entre diversos projetos financiados pelo FA, os implementadores poderiam aprender uns com os outros, a partir das respectivas experiências, bem sucedidas ou não.

Quanto ao projeto do IMAZON, a realização de inventários de emissões de GEE dos municípios verdes poderia contribuir com o monitoramento do desmatamento. Além de criar uma cultura de medição nas prefeituras que demonstrasse a importância do gerenciamento das atividades de LULUCF, proveria um indicador importante (emissões de GEE) de atividade econômica local com impactos regionais e globais. A medição em campo é importante, mas pode-se supor que a percepção da comunidade local sobre os benefícios dessas ações limitam-se a manter o município dentro da lei. A fim de fortalecer as medidas, seria preciso ir além: os produtores rurais, autoridades e cidadãos precisam perceber outros benefícios, de modo a consolidar práticas de proteção às florestas.

8. Conclusões e perspectivas futuras

A região Amazônica está se transformando e a ocupação da floresta por colonos e assentamentos tem tido um impacto indiscutível. O desmatamento gerado pelas atividades econômicas predadoras não representam uma opção na direção do desenvolvimento sustentável para os 25 milhões de habitantes da região.

A fim de deter o desmatamento na Amazônia, um misto de políticas públicas como diretrizes para a ação e aplicação de instrumentos de monitoramento e controle tem se mostrado eficaz. As ações propostas pelo projeto do IMAZON vão ao encontro dessa necessidade. Nesse contexto, a participação de municípios é fundamental e contribui para a proteção da floresta e combate ao desmatamento e degradação. A premissa do projeto é que o fortalecimento dos municípios é crucial e a parceria com os diversos *stakeholders* garante continuidade das ações. A capacitação dos técnicos e o acesso à tecnologia garantem *empoderamento* dos fiscais – de governo ou de ONGs – além de eficiência e eficácia das ações de comando e controle.

Falta, entretanto, ampliar o engajamento dos produtores rurais e encontrar mecanismos de incentivo para sua adesão ao CAR, além de alternativas mais rentáveis ao desmatamento.

É preciso melhorar a comunicação entre as partes interessadas e a população em geral, para conferir legitimidade às ações do governo.

Falta também operar o arranjo de servidão florestal e inseri-lo no sistema estadual de meio ambiente. A cota de reserva legal pode ser apropriada por quem estiver com passivo florestal. O IMAZON pretende apoiar o estabelecimento de uma regulamentação desse instrumento.

O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA não se aplica, pois só é devido se não houver reserva legal. No caso dos PMV, o mecanismo mais eficiente seria o

de servidão florestal de compensação.

Outro dado importante foi a mudança do Código Florestal, que impactou o trabalho na região, sobretudo em relação ao envolvimento dos pequenos produtores reais.

O IMAZON tem atualmente 30 projetos que abrangem a Pan Amazônia, mas com o Fundo Amazônia, somente no Pará. A organização faz monitoramento de extração de madeira em Mato Grosso e Rondônia, além do Pará, que pretende ampliar, mas apenas nesse Estado (BRITO, 2013).

No IMAZON, também estão discutindo internamente uma nova proposta para o Fundo Amazônia. O projeto prevê ações em Paragominas como a revisão da legislação municipal e revitalização do Conselho Municipal de Meio Ambiente, visando ampliar as ações para os outros dez municípios. Entre as ações, irão manter capacitações para os municípios que estão na lista do Ibama e expandir para todo o estado do Pará, priorizando os municípios da lista do Ibama.

O IMAZON desenvolve ainda outra proposta de projeto a ser submetida ao Fundo Amazônia, para manter o monitoramento do desmatamento e capacitação para o CAR. Pretende-se fazer a base cartográfica para 100 municípios no Pará, em parceria com o PMV.

A experiência do projeto do IMAZON pode servir de inspiração a diversos outros na região da Amazônia e a promoção do contato entre as equipes e parceiros da organização com entidades semelhantes, não apenas no âmbito do PMV, poderia ter um impacto positivo maior na região. Falta uma articulação maior entre os atores do governo federal e governos estaduais da região para que o círculo virtuoso se estabeleça, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, começando por esta medida essencial: reduzir drasticamente o desmatamento em todos os biomas amazônicos.

9. Referências Bibliográficas

- ADEODATO, Sérgio et al (2011). Madeira de Ponta a Ponta. São Paulo: FGV RAE. 128p
- ASSUNÇÃO, Juliano, GANDOUR, Clarissa C., ROCHA, Romero. *DETERring Deforestation in the Amazon Forest: Environmental Monitoring and Law Enforcement*. Climate Policy Initiative, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. 37 p. Disponível em <http://climatepolicyinitiative.org/brazil/files/2013/05/DETERring-Deforestation-in-the-Brazilian-Amazon-Technical-Paper-Only---English.pdf>. Acessado em 16/06/2013
- ASSUNÇÃO, Juliano, GANDOUR, Clarissa C., ROCHA, Rudi. *Deforestation Slowdown in the Legal Amazon: Prices or Policies?* Climate Policy Initiative, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. 37 p. Disponível em

- <http://climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2012/03/Deforestation-Prices-or-Policies-Working-Paper.pdf>. Acessado em 06/06/2013
- BECKER, Bertha (2009) “Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia” in Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Brasília, DF: CGEE. (2009) 426 p. (pp. 45-78). Disponível online em http://www.cgEE.org.br/publicacoes/amazonia_2009.php, Acessado em 16/06/2013
- BNDES e Fundo Amazônia (2010). Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções. Rio de Janeiro: BNDES. 204 p.
- BRASIL – Decreto no. 6.321 de 21 de dezembro de 2007⁶
- BRASIL, Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira (2008). Presidência da República. Brasília: MMA, 112 p.
- BÜRGER, Elke I. e CIPOLLA, José Hamilton M. (2009) *Práticas Empresariais no Setor Madeireiro e a Emissão de Gases de Efeito Estufa na Região Amazônica* in MARCOVITCH, Jacques (Org.). Mitigação de gases de efeito estufa: a experiência setorial e regional no Brasil. São Paulo: FEA/USP, 2009. (pp 12-28) Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms>. Acesso em 13/06/2013
- DAVIDSON, Eric A. et al. *The Amazon Basin in Transition*. Nature, Vol 481, 19 January 2012. pp 321-328 (2012). Disponível em <http://web.if.usp.br/fap/sites/default/files/Artaxo2012-Nature.pdf>. Acessado em 15/06/2013
- DONALDSON, Stewart, CHRISTIE, Christina A; MARK, Melvin M. (2009). *What Counts as Credible Evidence in Applied Research*. Los Angeles: Sage Publications Inc. Capítulo 1 disponível online em http://www.cgu.edu/PDFFiles/sbos/Donaldson_Credible_Evidence_1.pdf. Acesso em 30/05/2013.
- GREENPEACE BRASIL (2007) *Sete anos para zerar desmatamento na Amazônia: ONGs brasileiras mostram como* Disponível online em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/pacto-nacional-prop-e-metas-an/>. Acessado em 15/06/2013
- GUIMARÃES, Jayne, VERÍSSIMO, Adalberto, AMARAL, Paulo, & DEMACKI, Adnan (2011). Municípios Verdes: Caminhos Para a Sustentabilidade. Belém: IMAZON p. 156. Disponível online em <http://www.IMAZON.org.br/publicacoes/livros/municipios-verdes-caminhos-para-a-sustentabilidade-1>. Acessado em 11/06/2013
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?*. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.54 [cited 2013-06-16], pp.

⁶ Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências

- 115-135. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200007&lng=en&nrm=iso. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200007>. Acessado em 16/06/2013.
- _____. *O desenvolvimento da Agroindústria no Estado do Pará*. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/saber/alfredohomma.pdf>. 2001. Acessado em 16/06/2013
- IMAZON (2009) *Criando Bases para Gestão Socioambiental de Municípios Críticos do Desmatamento no Pará – Roteiro Básico de Informações para o Fundo Amazônia do BNDES*. Disponível em <http://www.IMAZON.org.br/banco-de-imagens/projeto-fundo-amazonia/view> Acesso em 04/04/2013
- IMAZON (2012) “Relatório de Atividades 2011”. Disponível online em <http://www.IMAZON.org.br/publicacoes/relatorio-de-atividades/relatorio-de-atividades-2011-1> Acessado em 28/05/2013
- IMAZON, com Alice Thuault, Brenda Brito e Priscilla Santos. “Deficiências na governança de fundos ambientais e florestais no Pará e Mato Grosso” – in Boletim *O Estado da Amazônia*. No. 19, Julho de 2011. Disponível online em www.IMAZON.org.br. Acessado em 28/05/2013, p 1-6.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. “Pacto Nacional Pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira”. Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/doc-pacto%20desmatamento%20zero%20SUM%20ONGs%20FINAL.pdf Acessado em 15/06/2013
- LINK, Rogério S. (2008) *A Colonização Recente da Amazônia: Sobre Migrações e Luteranos*. Disponível em http://linkrogerio.wordpress.com/artigos/artigos-em-livros/#_ftn2. Acesso em 16/06/2013
- MARCOVITCH, Jacques (Org) (2011). *A Gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas*. São Paulo: EDUSP. 312 p.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Pioneirismo e Sustentabilidade Na Amazônia*. São Paulo: FEA/USP, 2009-2013. Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms>. Acesso em 13/06/2013.
- MARTINS, Heron, SOUZA JR., Carlos. ***Avaliação do Desmatamento e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Pará: bases para o Programa Municípios Verdes***. Disponível em <http://www.IMAZON.org.br/publicacoes/o-estado-da-amazonia/avaliacao-do-desmatamento-e-do-cadastro-ambiental-rural-car-no-para-bases-para-o-programa-municipios-verdes-1>. Acessado em 16/06/2013
- MORILHAS, Leandro José; SCATENA, Luciana Sender; MACEDO, Luís Otávio Bau (2009). *A Cadeia da Carne Bovina no Brasil e as Mudanças Climáticas: Impactos, Ações e Recomendações* in MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Mitigação de gases de efeito estufa: a experiência setorial e regional no Brasil*. São Paulo: FEA/USP, 2009. (pp 12-28)

Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms>. Acesso em 13/06/2013

Comunicação verbal – entrevistas concedidas de acordo com questionário enviado previamente.

- Ana Diniz, Programa Municípios Verdes, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará (PMV/SEMA) em 26/05/2013. Por telefone.
- Andreia Pinto, Pesquisador Sênior do IMAZON, em 06/06/2013. Por Skype.
- Brenda Brito do Carmo, Secretária Executiva do IMAZON, em 06/06/2013. Skype
- Felipe Zagalo, Secretário de Meio Ambiente de Paragominas, em 18/06/2013, pessoalmente, em São Paulo.

Sites consultados

<http://agu.jusbrasil.com.br/noticias/100548360/agu-cobra-r-2-1-bi-de-desmatadores-e-luta-na-justica-para-confirmar-mais-de-r-4-5-bi-em-multas-aplicadas-pelo-ibama>
<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/09/lista-negra-denuncia-municipios-campeoes-de-desmatamento-no-pais.htm>
<http://linkrogerio.wordpress.com/artigos/artigos-em-livros/>
<http://portugues.tnc.org/tnc-no-mundo/americas/brasil/onde-trabalhamos/amazonia/index.htm>
<http://www.ibama.gov.br/noticias-ambientais/ibama-embarga-desmates-e-fiscaliza-o-cultivo-de-soja-em-dom-eliseu-e-ulianopolis-no-para>
<http://www.ibama.gov.br/noticias-ambientais/ibama-embarga-fazendas-que-usavam-afar-para-desmatar-reservas-em-ulianopolis-no-para>
<http://www.ibama.gov.br/noticias-ambientais/ibama-faz-reuniao-publica-sobre-pico-de-desmatamento-na-nova-fronteira-agricola-do-para>
<http://www.ibama.gov.br/publicadas/onda-verde-do-ibama-embarga-areas-desmatadas-ilegalmente-no-para>
<http://www.IMAZON.org.br/imprensa/IMAZON-na-midia/nature-destaca-resultados-de-programa-brasileiro-de-pesquisa-sobre-a-amazonia/view>
<http://www.IMAZON.org.br/multimedia/municipios-verdes>

Vídeos sobre o projeto Municípios Verdes e a experiência de Paragominas.

<http://www.paragominas.pa.gov.br/>
<http://www.sema.pa.gov.br/>
<http://www.sema.pa.gov.br/2013/05/27/sema-coordenara-planos-de-prevencao-ao-desmatamento-em-15-municipios-do-para/>
<http://www.sema.pa.gov.br/documentos/municipios-verdes/>
<http://www.tailandia.pa.gov.br/>
<http://g1.globo.com/platb/natureza-philipfearnside>
<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-amaz%C3%B4nia->

[ppcdam/lista-de-munic%C3%ADpios-priorit%C3%A1rios-da-amaz%C3%B4nia](#)
<http://www.statusmunicipal.org.br/>
http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=125703
<http://globoTV.globo.com/rede-globo/globo-rural/t/edicoes/v/fiscalizacao-punicao-e-tecnicas-de-manejo-tiram-paragominas-de-lista-do-desmatamento/2163600/>
<http://portaltailandia.com.br/2013/03/tailandia-esta-a-10-de-sair-da-lista-negra-do-ministerio-do-meio-ambiente/>
<http://www.imazon.org.br/publicacoes/outros/desmatamento-e-degradacao-florestal-no-bioma-amazonia-2000-2010>
<http://www.conexoessustentaveis.org.br/>
<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2012/desmatamento-corrupcao-e-venda-de-lotes-ameacam-a-reforma-agraria-na-amazonia>